

## O HUMOR NA IMPRENSA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX: A COMPOSIÇÃO DE UM *CORPUS*

Alan Lobo de Souza<sup>1</sup>

Há menos de um ano iniciei o projeto de pesquisa em torno da relação memória e humor na mídia, desenvolvido na UESPI, a proposta de pesquisa que aqui apresento vem de uma provocação de Barbosa Filho, professor da UFRGS, amigo dos corredores do IEL, e também companheiro do grupo de pesquisa DARq (Grupo de Pesquisa Discurso e Arquivo), um grupo interinstitucional, recém-formado, que agrega pesquisadores de diferentes estados e países. O grupo parte de uma inquietação que se inicia em uma pesquisa que deu origem ao livro “O discurso antiafricano na Bahia do século XIX” do próprio Barbosa Filho, em que é possível observar uma consistente análise de documentos em torno da revolta de africanos realizada na Bahia do século XIX, pensando o arquivo não pelo viés historiográfico, mas discursivo, buscando compreender como a dimensão política é contida pelo jurídico, determinando, assim, as relações do cotidiano.

Entretanto, se o gesto analítico empreendido por Barbosa Filho (2017), em suas próprias palavras, “[procura] dar conta de acontecimentos doloridos na cena pública da cidade de Salvador [do século XIX]”, detenho-me na leitura de um documento recortado pelo imaginário do humor que talvez se aproxime, por vias distintas, da dor de uma sociedade brasileira formada pela chibata, pela aniquilação de povos e línguas, pelas leis que sustentam um sistema onde “uns são mais iguais que os outros”<sup>2</sup>.

Como afirma Pechêux (AAD-69), o analista não disporá de normas que definam o que pertence ou não ao *corpus*. A partir da problemática que se impõe, propus-me a delinear a composição de um material de análise recortados em torno do discurso humorístico produzido nos jornais brasileiros do século XIX. É um momento histórico que compreende, entre outros acontecimentos, a vinda da família real a sua então colônia, a convivência com a prática escravagista e a relação conturbada entre brasileiros e portugueses. A imprensa brasileira é o meio em que se materializa um discurso humorístico em grande parte atravessado por questões como a escravidão, as leis, a política etc.

O objetivo é compreender como tais condições de produção determinam e significam o humor na imprensa daquela época. Centrado na materialidade discursiva, isto é, na relação determinada entre língua

---

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em Linguística pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), atualmente é professor na UESPI (Universidade Estadual do Piauí) e membro do DARq (Grupo de pesquisa Discurso e Arquivo, da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

<sup>2</sup> Aqui me permito trazer um trecho da música “Ninguém=ninguém”, de 1989, dos Engenheiros do Hawaii, que é antes uma paráfrase de um excerto do livro “A revolução dos bichos”, de George Orwell, em que se encontra a conhecida frase: “Todos os animais são iguais, mas uns são mais iguais que os outros”, em uma referência a uma suposta classe operária que se tornara refém da sua própria revolução ao ter como líder alguém que pregara inicialmente a igualdade de direitos, mas que, com o passar do tempo, acabara por fazer ressoar o comportamento daqueles que inicialmente intentaram combater.

e discurso (distinta, portanto, da ordem da língua), objetivo esboçar o tratamento dado no ato do recorte e montagem de um *corpus* produzido em território brasileiro no século XIX sem perder de vista os seus desdobramentos na contemporaneidade.

### A composição de um *corpus*

A motivação deste trabalho se deu no momento em que, em uma leitura curiosa pelos jornais oitocentistas publicados no Brasil, hoje digitalizados e disponíveis no site da *Biblioteca Nacional Digital Brasil* (BNDigital), mais precisamente na seção “Acervo”, deparei-me com a capa do jornal “A Rabeca”, publicado em 1870, seu primeiro ano.

Capa do jornal “A Rabeca, de 1870, em seu primeiro ano



Como descreve Francisco Calmon, no artigo “Relação das faustíssimas festas”, “Rabeca” (ou “rebeca”), um dos instrumentos valiosos da cultura brasileira, designa um instrumento musical precursor do violino, de origem associada à idade média e que, no Brasil é associado a comunidades rurais, relatado como bastante presente em manifestações populares e religiosas do período colonial. Calmon (1982) acrescenta que a rabeca também estava presente em festas afamadas, como o casamento da princesa Maria com o seu tio D. Pedro em 1760 na Bahia. O “violino inacabado”, assim registrado pela fundação brasileira Joaquim Nabuco (BARBOSA, 2009), difere-se do violino, na medida em que este era “construído com técnica e ferramentas mais precisas e acabamento perfeito – produzindo o timbre limpo e execução mais rica em recursos musicais –, [o que] chamou a atenção da nobreza. A partir daí, a rabeca não teve mais espaço na sociedade nobre” (BARBOSA, 2009). Assim, “rabeca”, ao nomear o jornal fluminense,

satura uma memória que discursiviza o imaginário popular, do rústico, da população menos favorecida, que atravessará a própria constituição do jornal e, por conseguinte, implicará os efeitos de sentidos que possibilita.

Sob a designação de “Periódico caricato, satírico e popular”, o jornal fluminense, publicado aos sábados, traz em suas páginas charges e caricaturas (na página inicial e na final) que textualizam a sociedade brasileira da época, com uma maior atenção dedicada aos diálogos jocosos em torno da política, da monarquia e dos militares, além de trazer em seu formato um editorial, crônicas, poesias e uma seção intitulada “pingentes” dedicada às “piadas”<sup>3</sup>.

Aqui realizo uma pequena digressão: em AAD-69, Pêcheux põe em discussão as práticas de leitura desenvolvidas na linguística após o chamado “corte saussureano”. Retoma também o modo como tais práticas eram desenvolvidas antes desse acontecimento, chegando à conclusão de que é o conceito de língua o fator central no modo como a interpretação passa a ser trabalhada no campo da linguística. Nesse novo cenário de “ciência linguística”, a análise de discurso propõe um deslocamento do objeto, o que põe em questão a constituição do *corpus*. Como afirma Pêcheux (AAD-69), o analista não disporá de normas que definam o que pertence ou não a determinado *corpus*.

Anos mais tarde, distante de uma proposta metodológica de uma análise automática do discurso, Pêcheux (2010) abriga uma discussão em torno de “um espaço polêmico das maneiras de ler”. Ao tratar do arquivo em quanto “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010), defende que a leitura de arquivo passa pela consideração de procedimentos de interrogação sobre a sua inscrição na história, distanciando-se de uma decodificação própria dos postulados de transparência do sentido.

A partir desse posicionamento, como observa Barbosa Filho (2017), a AD compreende que a composição de um arquivo não implica a construção de um produto homogêneo e bem acabado, mas a dispersão de determinações históricas que o faz significar. Sendo assim, é o investimento nas condições de produção que permitem não associá-lo a um recorte histórico fiel de um fato, mas a um recorte em que o interdiscurso torna possível a significação deste arquivo. Com efeito, não se busca compor um arquivo capaz de restituir um sentido (o que seria um procedimento historiográfico), como se, se assim o fizéssemos, encontraríamos o fato, sua gênese (como se fosse possível).

Retomando ao jornal, é na seção de “piadas” do mencionado jornal que encontro os seguintes dizeres que aqui será compreendida como uma sequência discursiva (SD):

SD - “A justiça nada vê porque está sujeita à venda”.

---

<sup>3</sup> Opto por caracterizar sumariamente como piadas enunciados jocosos, jogos de palavras e diálogos que encenam um quadro humorístico, todos observados no periódico analisado, sem se deter na definição composicional do que seria esse gênero, prendendo-me tão somente na significação associada a uma suposta enunciação humorística.

Diante dessa SD, surge finalmente a seguinte problematização própria de uma discussão ainda incipiente: se os sentidos nos são possíveis pela relação coerente que mantemos com o contexto sócio-histórico de nossa época, o que sustenta o gesto de interpretação sobre os sentidos de justiça em um arquivo oitocentista de cunho humorístico?

Na SD em questão, “Justiça” discursiviza o caráter parcial do judiciário. Em um primeiro momento, essa compreensão é possível em virtude da rede de memória em torno da venda nos olhos da estátua da deusa mitológica grega Têmis, considerada como protetora dos oprimidos. Mas não apenas isso: é a própria venda nos olhos que instaura a contradição e o humor e, por conseguinte, os diferentes efeitos de sentido que produz, pois, se, de um lado, essa memória sustenta um gesto de interpretação de imparcialidade perante os membros de uma nação que disporiam, assim, dos mesmos direitos; de outro, historiciza também a arbitrariedade e o caráter tendencioso do poder judiciário no julgamento das relações sociais, na medida em que, no Brasil da época, ainda se discutia a estrutura de poder governamental, bem como o modo de produção sustentado pela escravidão. Esta interpretação produz o *efeito de sentido da segregação* que, por sua vez, é recortado pela memória segundo a qual as esferas do poder atendem apenas a uma parcela abastada da sociedade (nesse caso, associado à expressão “à venda”); ou melhor, a uma parcela que detinha (mais) direitos (que outros).

É justo dizer que essa compreensão é amparada pela materialidade específica da língua, mais especificamente diante do funcionamento da expressão “à venda”. Afinal, na medida em que os gestos de leitura do jornal estão também condicionados à particularidade da linha editorial do próprio “A rabeça” (um *Periódico caricato, satírico e popular*), faz parte do gesto de interpretação também a memória em torno da “rabeça”, a filiação com o sentido em torno do povo, das esferas populares, que recortam o arquivo, possibilitando o *efeito de sentido da resistência política* perante à parcialidade da justiça no Brasil. É essa discursividade das diferenças que sustentam, ao mesmo tempo, a contradição e o humor, o que me permite dizer que o equívoco, o deslize, são, ao mesmo tempo, o próprio da língua e o próprio do humor.

Ademais, a relação “vendar/vender”, desdobrada no ato de “estar vendada” e “ser vendida” perfazem uma discursividade em que a (in)justiça está associada à relação entre o poder jurídico e o econômico que, em uma leitura contemporânea, notabiliza o próprio funcionamento do aparelho judiciário no Brasil. Nesse cenário, o trabalho com o arquivo possibilita analisar como essa memória aparenta ser constitutiva das relações que se mantêm entre justiça e sociedade no Brasil, desdobrando no modo como o próprio discurso humorístico a explora, produzindo sequências interessantíssimas como a aqui brevemente analisada.

## Encerrando

Reformulo e torno particular um posicionamento já conhecido na perspectiva materialista da AD: é essencial colar-se na posição de escuta diante da memória que se impõe na produção de sentidos perante a um material que se vê legitimado como um documento jornalístico de cunho humorístico. Afinal, estamos

em face a uma proposta de derrisão que não esconde as suas condições de produção; ao contrário, desnuda-as, na medida em que tais condições são exatamente a condição de possibilidade desse dizer humorístico.

Se o objetivo deste estudo é compreender como tais condições de produção determinam e significam o humor na imprensa daquela época, este deve estar centrado na materialidade discursiva, isto é, na relação determinada entre língua e discurso (distinta, portanto, da ordem da língua). É essa compreensão que torna possível compreender as particularidades sócio-históricas em torno dessas enunciações sem perder de vista os efeitos de sentido que podem assumir na contemporaneidade.

O arquivo, por sua vez, é o método de organizar as formulações segundo as inquietações que delimitam a pergunta. Nesse cenário, o espaço do humor é o meio propício à materialização dessas contradições. No periódico “A rabeça”, tais contradições são a base desse jogo de sentidos próprios do humor. Jogo este definido por Pêcheux como “impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história” (PÊCHEUX, 2010, p. 58).

Por fim, compreendo que proceder com o gesto de leitura do jornal em nosso tempo é entender que o arquivo funciona não apenas como aquilo que não deixa esquecer, mas também como possibilidade de (re)significação em meio ao esquecimento de ocorrências anteriores.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Virgínia. *Rabeça*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 6 ago. 2009.
- BARBOSA FILHO, Fábio. A resistência do arquivo. *Anais do SEAD – o político na Análise de Discurso: contradição, silenciamento, resistência*. Recife, 2017.
- CALMON, Francisco. *Relação das faustíssimas festas*. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore, 1982. Reprodução fac-similar da edição de 1762 (Etnografia e Folclore/Memória; n. 1).
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P.Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p. 61-161. Tradução de: *Analyse automatique du discours*, 1969.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. (org) *Gestos de leitura*. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 49-59.